

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE FILOSOFIA**

ANA CAROLINA PEREIRA BOTELHO

**A EDUCAÇÃO NA INFÂNCIA COMO PRINCÍPIO DE FORMAÇÃO DO
INDIVÍDUO**



SÃO LUÍS
2011.2

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
CURSO DE FILOSOFIA**

ANA CAROLINA PEREIRA BOTELHO

**A EDUCAÇÃO NA INFÂNCIA COMO PRINCÍPIO DE
FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO**

SÃO LUÍS
2011.2

ANA CAROLINA PEREIRA BOTELHO

**A EDUCAÇÃO NA INFÂNCIA COMO PRINCÍPIO DE
FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO**

Monografia apresentada ao Curso de
Filosofia da Universidade Federal do
Maranhão, para obtenção do grau de
Licenciatura em Filosofia.

Orientadora: Prof^a Esp. Maria do
Socorro Gonçalves da Costa

**São Luís
2011.2**

Botelho, Ana Carolina Pereira

A Educação na Infância como Princípio de Formação do Indivíduo.
/ Ana Carolina Pereira Botelho. – São Luís, 2011.

f. 39

Impresso por computador (fotocópia)
Orientador: Maria do Socorro Gonçalves da Costa

Monografia (Graduação) Universidade Federal do Maranhão,
Curso de Filosofia, 2011.

1. Indivíduo – Formação. 2. Educação – Filosofia. Título.

CDU 37.016:172

ANA CAROLINA PEREIRA BOTELHO

**A EDUCAÇÃO NA INFÂNCIA COMO PRINCÍPIO DE FORMAÇÃO DO
INDIVÍDUO**

Monografia apresentada ao Curso de Filosofia da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do grau de Licenciatura em Filosofia. Orientado pela Profª Esp. Maria do Socorro Gonçalves da Costa

Aprovada em: ___/___/___

NOTA: _____

BANCA EXAMINADORA

Profª Esp. Maria do Socorro Gonçalves da Costa (Orientadora)

Profº Drº Luciano da Silva Façanha (2º Examinador)

Profª Msc. Cynthia Moreira Lima (3º Examinador)

AGRADECIMENTOS

Em primeiríssimo lugar, àquele que me dá força e coragem todos os dias para ir de encontro aos meus sonhos e objetivos: meu adorado **DEUS**.

À Coordenação e ao Departamento de Filosofia pela atenção prestada aos alunos

De modo especial os meus amados pais: **Iraneide Pereira Botelho e José Gabriel Botelho Filho, aos meus irmãos João Gabriel Pereira Botelho e Thayno Gabriel Pereira Botelho.**

A duas pessoas que me incentivaram e acreditaram no meu potencial **Reinaldo Costa Araújo e José Gabriel Botelho Filho.**

Às minhas queridas amigas **Ana Paula de Andrade e Dulciane Salgado.**

Aos queridos mestres Cacilda Bonfim, Cynthia Moreira Lima e Luciano da Silva Façanha, pelo apoio e inspiração, meus sinceros agradecimentos.

À minha querida e amiga **Professora Maria do Socorro Gonçalves da Costa,** que me orientou neste trabalho.

Muito obrigada.

“Conhecer o bem não é amá-lo; o homem não tem um conhecimento inato do bem; mas sim que sua razão faz com que o conheça, sua consciência leva-o a amá-lo: é este sentimento que é inato.”

Jean-Jacques Rousseau

RESUMO

Este trabalho trata da educação na infância como princípio de formação do indivíduo, a partir do *Emílio*, de Rousseau. Reflete-se também sobre os conhecimentos adquiridos na infância, pois é nesta fase que o indivíduo passa por um processo de aprendizagem, que constitui a base de formação do indivíduo enquanto ser moral, religioso, político e social.

Palavras-chave: Infância. Indivíduo. Educação.

ABSTRACT

This work deals with the early childhood education as a principle of formation of the individual from the Emile of Rousseau. It is reflected also on the knowledge acquired in childhood, it is at this stage that the individual goes through a learning process, and that is the basis for formation of the person as a moral, religious, political and social.

Keywords: Childhood. Individual. Education

SUMÁRIO

Introdução	09
Capítulo I: Infância na perspectiva Rousseuniana	13
1.1 Proposta Educacional em Rousseau	17
Capítulo II: Etapas da formação da Criança	20
2.1 A Infância	20
2.2 A adolescência (idade da força)	26
Capítulo III: A Autonomia	30
3.1 A Educação na infância como principio de formação do indivíduo	34
Considerações finais	37
Referências: fontes	39

INTRODUÇÃO

A pesar da complexidade de seus escritos, Jean-Jacques Rousseau foi um dos grandes pensadores da história da filosofia e o primeiro grande teórico da pedagogia moderna. A vida e obra de Rousseau foram sinônimos de grande polêmica na época em que viveu, isso ocorreu em grande parte, por suas idéias estarem em alguns aspectos, muito além de seu tempo. Algumas de suas obras foram queimadas em praça pública, como é o caso de *Emílio ou da Educação e do Contrato Social*, por serem consideradas avessas aos ideais político-religiosos pregados na época. Rousseau acabou sendo condenada a prisão na sua passagem por vários países, pois, foi mal visto e mal interpretado pela sociedade em muitos momentos de sua vida.

Considera-se importante recorrer a Rousseau para analisar a abordagem que o mesmo faz acerca da educação enquanto princípio que fundamenta a formação do indivíduo e via de acesso à sociedade, embora este a considere corrompida. Assim, irá se recorrer a algumas de suas obras, a saber *O Emílio ou da Educação*, com o objetivo de encontrar nelas a problemática da maneira como ele considera a educação enquanto “porta de entrada” para inserção do homem na vida social e comunitária sem deixar-se corromper por seus vícios. Posto que para ele, a infância base para as demais fases da vida do indivíduo. Os vícios a que Rousseau faz menção referem-se aos adquiridos ao longo da história da humanidade, ou seja, dizem respeito à distinção entre bondade natural e a liberdade do homem, no momento em que se deixou subjugar por paixões desenfreadas que por sua vez lhe impuseram a satisfação de necessidades aquém da necessidade primordial ditada pela natureza, a saber, o zelo pela conservação de sua vida. Para Rousseau, o desenvolvimento adequado é estimulado e a bondade natural do indivíduo pode ser protegida da influência corruptora da sociedade.

Com o *Emílio*, obra de 1762, Rousseau irá propor um modelo de educação que permita ao indivíduo fazer uso de sua razão como forma de direcionar a sua liberdade de ação na sociedade, isto é sua autonomia. A autonomia do indivíduo na perspectiva de Rousseau, está intimamente relacionada com o equilíbrio entre poder e vontade, entre suas forças e suas faculdades o que concebe como domínio de si, isto é, o indivíduo torna-se senhor de si, capaz de obter noções de justiça e virtude por intermédio da consciência, do mesmo modo como se torna livre para optar pelo bem e pelo mal. E nessa perspectiva, a educação para ele, está

voltada ao preparo do indivíduo para a vida em sociedade, ou seja, para o exercício de uma liberdade moral, em que o amor de si deve transformar-se em amor pela pátria ao propiciar ao indivíduo uma liberdade racional direcionando-o a uma dimensão social e comunitária.

Diante dessa abordagem, observa-se que a infância é a fase mais importante na formação do indivíduo. Isso ocorreu em função da inquietação de Rousseau, pois, em sua época, a criança era vista como um “adulto em miniatura”, obrigado tão somente a ler, escrever e memorizar conteúdos. Mas que para ele, isso não era fato, pois deu um tratamento específico para a educação na infância com sua obra, pois ele, percebendo a necessidade de respeito às crianças, demonstrando que esta fase na ordem da vida humana, necessita de uma atenção especial por ser importante no processo de maturação do indivíduo, daí, sua preocupação em repensar uma educação na infância como princípio formativo essencial para as etapas seguintes base para formação do indivíduo nas demais fases da vida.

A educação preconizada por Rousseau está pautada na experiência e nos fatos, de modo que possa proporcionar às crianças a capacidade de pensar e julgar as coisas. Segundo se observa no *Emílio*, a criança se submeterá à lei da necessidade, para que em sociedade possa obedecer à lei voluntariamente, e ter liberdade na proporção certa, até onde suas forças permitirem, ainda, irá aprender a equilibrar suas forças, faculdades e desejos, com vistas a igualar poder e vontade de forma racional.

No *Emílio*, Rousseau expõe que o ser humano tem em potência a possibilidade de ser agente livre, ou seja, pensar por si mesmo e não se deixar levar por opiniões e aparências, direcionado somente para o conhecimento de si, sendo que sua meta de educação seria formar esse agente livre, sob orientação somente, do preceptor.

Levando em conta a capacidade de pensar por si de cada indivíduo, o que consistindo numa educação pautada na experiência e nos fatos, na proporção em que o educando se deixe levar por seu preceptor, a deixar-se subjugar à voz superior da razão, para que possa desenvolver todas as suas potencialidades e exercer sua liberdade de forma bem orientada. O preceptor não atua pura e simplesmente na transmissão direta de preceitos ao educando, mais sim fazendo com que tais preceitos sejam encontrados por ele; este deve buscar por si mesmo a motivação para aprender e seu preceptor deve somente orientá-lo.

Convém observar, que o que se destaca no Emílio é o respeito aos estágios de desenvolvimento do indivíduo, de modo que o processo educativo deve variar segundo os estágios, desde a infância até a idade em que o sujeito esteja apto a ingressar no âmbito dos deveres sociais. Surge aí uma problemática, na primeira educação (educação das crianças) proposta por Rousseau: caberá ao indivíduo garantir o coração contra o vício? Pois, aqui nem

a virtude nem a verdade deve ser ensinada à criança, deixando-a aquém de qualquer dimensão moral, sendo que sua sensibilidade está voltada nessa fase somente ao seu amor próprio, seu sentimento natural. Em vista disso, as observações que seguem relatarão pormenorizadamente as temáticas centrais do presente trabalho.

O primeiro capítulo, deste trabalho, intitulado **A infância na perspectiva Rousseauiana**, enfatiza que a infância a fase mais importante na formação do indivíduo. Tendo ainda como base a **Proposta educacional em Rousseau**, não prima por um método educacional que se afaste por completo das relações sociais, mas sim por um modelo educacional que privilegie a formação natural do indivíduo até o momento em que esteja preparado para fazer uso de sua racionalidade na escolha de valores que servirão instrumento para suas ações em sociedade.

No segundo capítulo é feita uma abordagem acerca das **Etapas de formação da criança**, demonstrando o itinerário pedagógico de Emílio desde sua formação física até sua formação enquanto ser moral. **A infância**, que é responsável pelo desenvolvimento interno das faculdades e dos órgãos sensoriais. E nessa espécie de educação que compreende os dois primeiros anos de vida da criança. **A adolescência**, é a fase em que a criança inicia o processo de maturação e julgamento racional a respeito das coisas, diferentemente do que ocorria na infância; isto se dá na “Idade da Razão”. Na idade da razão, a criança aprende aquilo que lhe for capaz de vivenciar, para que formule ideias claras e justas; é a fase que o jovem toma consciência de si e começa a vida como indivíduo, onde o preceptor atua diretamente no seu direcionamento para regras de convivência com o outro. Sendo que no processo de aprendizagem na infância, o preceptor não deve repreender o aluno nem tampouco tentar evitar seus erros, ou seja, não cabe ao preceptor a vigilância para correções, pois, chegará o dia em que Emílio se dará conta de seus enganos, e por si. Isto, desde que o preceptor se esforce para tentar despertar no seu aluno a capacidade de ser razoável no que concerne à capacidade de estabelecer relações e de produzir julgamentos próprios a respeito de determinado objeto.

É importante reforçar, no tocante à educação que compreende a idade de doze a quinze anos, que a criança experimenta uma série de sensações que viabilizam o desenvolvimento de seus órgãos e faculdades, de sorte que, é a partir do desenvolvimento físico, ou seja, de sua sensibilidade, que sua alma e de maneira mais específica, sua razão, se instaura enquanto princípio motor de sua consciência, numa palavra, o ato de existir pressupõe o ato de sentir.

O terceiro capítulo, intitulado, **A autonomia**, retrata-se a iniciação do indivíduo em sociedade, estando este longe dela, possuindo completa independência dos outros e o equilíbrio entre suas necessidades básicas e suas forças, proporcionando-lhe o estudo das relações entre os homens, sendo que este é capaz de adentrar na sociedade e no âmbito das relações sociais sem se deixar guiar por aparências e opiniões, caracterizado assim, sua autonomia. Por fim, **A educação na infância como princípio de formação do indivíduo**, evidencia a forma como a educação do indivíduo deve transcorrer para permitir que sua inserção na vida social não o impeça de realizar sua mais profunda liberdade, ou seja, a educação é a principal aliada no processo de garantia dos bons usos e costumes, em que o homem já possui predisposição para o bem, cabendo somente à educação ativá-lo. Evidenciando assim, que o aprendizado na infância é essencial para as fases posteriores. Em seguida são feitas as considerações finais.

Capítulo 1: A Infância na perspectiva Rousseauiana

Filósofo e pensador, Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), nasceu em Genebra, Suíça, no dia 28 de julho de 1712. Foi um dos mais considerados pensadores europeus no século XVIII. Suas obras inspiraram reformas políticas e educacionais, e tornou-se, mais tarde, a base do chamado Romantismo. Rousseau não conheceu a mãe, pois morrera dias depois de seu nascimento. Outro fato que irá marcar para sempre a trajetória de vida de Rousseau ocorreu com sua separação de seu pai, com quem viveu até o momento em que este se envolveu numa discussão pública e foi exilado de sua cidade natal para evitar a prisão. As circunstâncias da vida de Rousseau mudaram e, a partir de então, se iniciou sua peregrinação por vários países. Assim:

É inteiramente possível, como observam alguns comentadores, que sua predisposição em escrever sobre sua vida tenha uma relação direta com a má sorte de seus textos: *O contrato Social e o Emílio*. Tanto essas publicações foram mal recebidas e condenadas em Paris e Genebra, quanto sua polêmica com os chamados iluministas encontrava-se no ponto crítico do seu rompimento com todos eles. Parece, na verdade, que Rousseau estava vivendo um momento duplamente difícil; por um lado, a proibição, o julgamento e a condenação de suas obras, ocasionando a sua saída da França, depois de Genebra e muitos outros lugares; por outro, a decretação de sua prisão e as dificuldades de convivência, particularmente com os filósofos. (FAÇANHA, 2006, p. 112)

Em 1742, aos 30 anos, Rousseau foi para Paris em busca de reconhecimento intelectual, contudo, só viria a ser reconhecido na França a partir de 1749, ao integrar-se no círculo Intelectual Lês Philosophes (Os Filósofos) juntamente com grandes nomes do cenário filosófico científico moderno tais como Diderot, Voltaire e D'Alambert, que trabalhavam na elaboração da Enciclopédia, cujo principal objetivo era proclamar as idéias racionais, científicas e culturais do Iluminismo. Essa obra marca o monumento intelectual do Século das

Luzes e materializa a verdadeira revolução cultural. Rousseau, colaborou na “Enciclopédia” escrevendo diversos verbetes sobre música, o que o inseriu no ciclo dos enciclopedista.

A grande Enciclopédia, editada por Diderot e d’Alembert em Paris, e cuja publicação se estende por mais de vinte anos, é a imagem mais completa do espírito filosófico da época. Daí a designação “enciclopedistas” atribuída aos filósofos do século XVIII. (FORTES, 2007, p 12).

Rousseau viveu na época do chamado “Século das Luzes” (Séc. XVIII), que sob aspectos gerais, caracterizou-se pela supervalorização da razão humana, considerada como a única capaz de compreender e explicar as realidades humanas. Dito de outra forma, o homem foi invocado a fazer uso de sua racionalidade na busca pela verdade. Contudo, muito embora o filósofo seja definido como um dos principais representantes do iluminismo, é digno de esclarecimento, que apesar de considerar a razão como uma aliada do homem na possibilidade de reencontro consigo e com sua natureza mais íntima, possui algumas restrições relativas à racionalidade iluminista, em especial por consistir numa racionalidade estritamente exteriorizada, de maneira que a mesma contribui segundo o mesmo, em todos os aspectos, para um distanciamento cada vez maior entre o homem e seu interior, restando apenas as aparências e a extrema valorização do juízo dos outros sobre si. Dentro dessa perspectiva, torna-se evidente que Rousseau não é contra o iluminismo em si, mas sim avesso aos pensadores iluministas que desviaram o foco do movimento, pois, segundo Façanha:

O pensador não seria contra o iluminismo em sua verdadeira essência, mas sim, por terem lamentavelmente, desviado o verdadeiro espírito do movimento [...] Rousseau não seria contra a razão ou contra a cultura. O que o nosso autor critica, também na verdade, é o desligamento que há tanto na razão como em alguns produtos culturais, no que diz respeito a interiorização do homem, pois essa interiorização seria o caminho – o guia mais viável- segundo Rousseau para que houvesse uma mudança radical no quadro social e cultural.(FAÇANHA, op. cit., p. 49)

As considerações supracitadas servem de esteio para o vislumbamento de algumas questões que refletiram diretamente nos escritos sobre política e educação empreendidas por Rousseau, que são respectivamente *Contrato Social* e *Emilio ou da Educação*, ambas publicadas no ano de 1762. A propósito do *Emilio*, convém fazer alguns esclarecimentos: a produção do livro custou a Rousseau vinte anos de meditações e três de

trabalho, todavia, ao fim de seus escritos sobre a educação de Emilio, a obra não foi publicada automaticamente, sendo uma das causas, a dúvida pelos modelos de impressão.

Muito embora estivesse convicto de que sua obra era aparentemente aceita por figuras ilustres da época, Rousseau experimentou o amargor da rejeição, porquanto, *O Emilio e o contrato Social* foram admitidos como uma afronta aos ideais políticos-religiosos propagados na época. A publicação do *Emilio*, causou grande furor e contrariedade. “O arcebispo de Paris não foi o único a se indignar com as opiniões de Rousseau sobre a religião. O parlamento chegou a ordenar que o carrasco queimasse o livro publicamente e mandou prender o autor” (STRATHERN, 2004, p.66). Em vista disso, iniciou-se um ciclo de perseguições a que o pensador foi submetido, ao longo de sua vida, em especial pelas autoridades religiosas que classificaram como profanas e caluniosas as obras as quais Rousseau julga como sendo as principais.

No *Emilio*, Rousseau aborda um modelo de educação que prima em princípio pela liberdade natural do indivíduo (criança), de modo que este encontre em si mesmo a capacidade de agir de forma autônoma em relação à sociedade. Convém reforçar que o autor se posiciona contra a educação ofertada à época por não prepararem o indivíduo para a vida, ou em outras palavras, por não permitir a interiorização de seus deveres.

No seu tratado de educação, Rousseau hipotetizou um aluno imaginário pelo qual aponta um modelo de educação que fugia aos padrões normais, o Emílio, demonstrando ao longo de sua obra métodos que seu preceptor deve utilizar para prepará-lo em conformidade com os desígnios da natureza e da razão. De modo que, a educação do Emilio preconizada por Rousseau pretende resgatar a integridade natural do homem e sua autonomia, não sob a perspectiva de retorno ao estado pré-social – momento do homem antes de aderir a qualquer sociedade –, mas sim visando prepará-lo para integrar-se na sociedade antes de ser corrompido por seus vícios. Na sua concepção, o homem nasce desprovido e necessita de força e de sabedoria, deve desenvolver o físico, a mente e o coração, e desta maneira, só a educação permite que desenvolva os meios para sua sobrevivência em sociedade.

No *Emilio*, encontra-se também, a questão do respeito aos estágios de desenvolvimento humano, a saber, a primeira educação ou educação da criança. É a fase onde nada lhe deve ser ensinada, a experiência servirá de base para seus ensinamentos, ficando os ensinamentos sobre a verdade e a virtude, vetados nessa fase inicial da educação. A tarefa primordial do preceptor (adulto) é permitir à criança exercitar seu corpo e aprender a usar seus sentidos, direcionando-o e orientando-o para o que é natural.

Apenas observarei, contra a opinião comum, que o preceptor de uma criança deve ser jovem, e até mesmo tão jovem quanto pode sê-lo um homem sábio. Gostaria que ele próprio fosse criança, se fosse possível, para que pudesse ser um companheiro de seu aluno, e conquistar sua confiança ao compartilhar suas diversões. Não há muitas coisas em comum entre a infância e a maturidade para que se possa formar um apego muito sólido a tal distancia. Às vezes as crianças fazem agrados aos velhos, mas jamais os amam. (ROUSSEAU, 2004, p. 30)

Rousseau propõe o resgate da família, sendo a figura materna, o verdadeiro preceptor. Em que critica o descaso dos pais em relação ao cuidado com a criança, negligenciando seus deveres para com seus filhos. Para ele, a mãe seria o ideal para que assumisse essa função (preceptor). No entanto os pais contratam outros para que cumpram seu papel – a ama-de-leite.

Rousseau se opõe claramente à ideia de dependência da criança e ao seu tratamento enquanto adulto em miniatura, condenando a educação estritamente livresca dadas no estabelecimento de ensino, educação essa proporcionando aos alunos somente o dever, obedecer, mandar, obrigação e assim, não oferecer ao educando conhecimentos necessários para o exercício da cidadania.

O sistema educacional é criticado por Rousseau, pelo fato de permitir aos alunos a aquisição de conhecimentos dos mais variados campos, sem, contudo priorizar algo que ele concebe como fundamental no processo educativo, a saber, dos deveres do sujeito enquanto dotado de racionalidade capaz de pensar por si.

Desde a infância até a idade da força, dos quinze aos vinte anos, em que a moralidade e a noção de cidadania estejam presentes no indivíduo, ele abre caminho para que o homem desenvolva suas potencialidades, tornando-o livre na proporção em que o incita a interiorizar deveres que ele próprio impôs sobre si com vistas ao bem comum.

Por isso, é de suma importância que o itinerário pedagógico do aluno fictício, o Emilio, idealizado por Rousseau, seja visto como forma de repensar, dentro desse contexto a possibilidade de resgate da integridade natural do homem, ou seja, que o homem não se deixe corromper pelos vícios da sociedade. Nesse sentido, diz:

Mas considerai primeiro que, querendo formar o homem da natureza, não se trata de relegá-lo ao fundo dos bosques, mas, envolvido no turbilhão social, basta que ele não se deixe arrastar nem pelas paixões nem pelas opiniões dos homens; veja ele pelos seus olhos, sinta pelo seu coração; não o governe nenhuma autoridade, exceto a de sua própria razão. (Id. Ibid., p. 356)

Diante disto, se observa a preocupação e o cuidado de Rousseau com o ingresso do Emílio no meio social, pois, a educação que lhe foi dada, não caberia a este se deixar corromper, o Emílio recebeu toda a educação voltada para escolher e praticar bem, de acordo com as experiências vividas e possibilitadas pelo preceptor.

Rousseau denomina a infância como “idade da natureza”, em que as coisas acontecem corretamente quando realizados pela natureza, aqui predomina a liberdade.

No que concerne ao tratamento dado por Rousseau à educação das crianças, é pertinente esclarecer que o pensador faz uma abordagem inovadora acerca dos procedimentos educacionais para esta fase, indo de encontro aos padrões de ensino voltados a infância vigente na época em que viveu. A oposição de Rousseau aos modelos educacionais em voga se dá pela falta de tratamento específico à infância, na medida em que não havia distinção entre infância, adolescência e maturidade. “A infância nessa época era vista como um mal, ou seja, como a idade em que o homem estaria mais próximo do pecado” (CERIZARA, 1190 p. 45).

O tratamento específico dado por Rousseau à educação na infância, denota a necessidade de respeito às crianças e de maneira geral, às etapas de formação humana. Nesse aspecto, a análise Rousseauiana acerca do lugar da infância na ordem da vida humana, o faz concebê-la como uma das etapas mais importantes no processo de maturação do homem.

Assim, a possibilidade de resgate da integridade natural humana, estaria assentada na vivência de uma forma especial de educação – a educação natural – que privilegie o preparo do indivíduo para a vida e para o exercício da liberdade. Ver-se assim, que o objetivo da obra o “*Emílio*”, é recriar o homem natural, o método utilizado é o respeito à natureza da criança, seguindo sua evolução natural, respeitando cada uma de suas diferentes fases. Focando a infância como a principal delas.

1.1 Proposta educacional em Rousseau

A personagem “Emílio” representa uma criança gerada pelo imaginário de Rousseau, um aluno fictício que, submetido a uma educação doméstica, conseguirá enquanto indivíduo manter-se até certo ponto à margem da sociedade. Outro ponto de destaque é o fato de que Rousseau não tenciona escrever um manual de educação dotado de regras a serem seguidas por pais e preceptores, na medida em que Emílio não consiste pura e simplesmente

num livro de técnicas de educação de crianças. Mas num exemplo de educação pautada em desenvolvimento natural da criança.

A formação do Emílio visa a formação do homem viabilizado pela natureza, para que posteriormente a esse processo, o mesmo esteja apto a ingressar no âmbito social dotado pela capacidade de resguardar sua integridade natural, mesmo que a sociedade se mostre corrompida, segundo Rousseau.

Rousseau não prima por um método educacional que o afaste por completo das relações sociais, pois, mesmo que não tenha sido criado no meio social, mas no campo, Emílio conhece a sociedade muito bem mas sim por um modelo educacional que privilegie a formação natural do homem até o momento em que esteja preparado para fazer uso de sua racionalidade na escolha de valores que servirão de espelho para suas ações em sociedade. Assim, segundo Marlene Dozol:

O fundamental é aprender a formar idéias justas e claras sobre as coisas. Tal aprendizado livrará Emílio da opinião e dos valores ilegítimos da sociedade corrompida, o que em última análise significa a conquista da autonomia: pensar e agir por si próprio, de acordo com a consciência. (DOZOL, 2006, p. 55)

Uma das principais metas de Rousseau está na preparação do Emílio para a vida em sociedade. Por mais que o preceptor salvasse seu aluno, dos vícios e corrupção social, chegará o momento em que este deverá ser lançado no âmbito das relações sociais, tendo a razão como guia principal no processo de descoberta e julgamento do outro. Ou seja, ele deve estar preparado para não se deixar corromper pelos vícios que o meio social oferece e ao qual será inserido. A educação por natureza tem seu papel nesta preparação, pois:

Foi assim que a natureza, que tudo faz do melhor modo, inicialmente o institui. Ela lhe dá de imediato apenas os desejos necessários à sua conservação e as faculdades suficientes para satisfazê-los. Ela colocou todas as outras como que de reserva no fundo de sua alma, para que se desenvolvessem quando necessário (ROUSSEAU, op. cit., p.75)

Assim, a educação, ou de maneira mais específica, a educação natural defendida por Rousseau, pretende resgatar a única coisa passível de salvação, o indivíduo, considerando que tudo o mais já está pervertido. A educação a que Emílio é submetido, logo

nos primeiros anos de vida, visa prepará-lo antes de tudo para o estudo da condição humana, e para a própria vivência desta condição. Conforme o autor:

Nosso verdadeiro estudo é o da condição humana. Aquele de nós que melhor souber suportar os bens e os males desta vida é, para mim, o mais bem educado; donde se segue que a verdadeira educação consiste menos em preceitos do que em exercícios. Começamos a nos instruir quando começamos a viver; nossa educação começa junto conosco; nosso primeiro preceptor é nossa ama-de-leite. (Id. *Ibid.*, p.15).

É necessário que o homem aprenda a viver em conformidade com os desígnios da natureza, que ele tenha subsídios, para fazer uso de seus órgãos, faculdades e sentidos, para que através de seu corpo, possa experimentar as principais sensações de liberdade e necessidade, que servirão de base para aquisição de qualidades morais e autônomas.

Rousseau repudiava veemente a ideia de que a educação da criança deveria ser voltada para os interesses da vida adulta, destacando deste modo, que a educação dos exercícios e das sensações deveriam atuar enquanto mecanismos fundantes no processo de desenvolvimento físico do mesmo, enfatizando que por estar correlacionado com a natureza, deveria permitir que a criança tivesse liberdade de movimentar-se experimentando e descobrindo relações e oposições entre os objetos e fenômenos que tocam seus sentidos. Sobre a relação do indivíduo com a natureza, diz Beatriz Cerizara:

A importância do processo experimental do indivíduo é que ele mesmo se torne o sujeito de sua educação; a experiência é um elemento de mediação no processo educativo, visto que o homem para ser 'ele mesmo' tem que ir às coisas, situar-se entre elas e refletir suas relações objetivas e subjetivo-objetivas. (CERIZARA, 1990, p. 66)

Assim, percebe-se que a criança apreende o mundo exterior através dos sentidos, e é exposta à prova de toda espécie. Suas primeiras sensações são de prazer e dor e ela deve habituar-se desde o princípio de sua formação, a suportar os sofrimentos aos quais a natureza a submete. Aqui se fala de uma educação natural que se encarrega de apresentá-la à vida humana propriamente dita, subsidiando o desenvolvimento de suas faculdades a partir do momento em que lhe permite sentir a vida, no sentido de ensiná-lo a superar e a lidar com as dificuldades que se impõem à sua existência.

Capítulo 2: Etapas de Formação da Criança

No livro *o Emilio*, Rousseau subdivide as etapas de formação do indivíduo por idades. O Primeiro livro, corresponde aos dois primeiros anos de vida da criança que é a infância. A etapa referida no segundo livro e que ainda faz parte da primeira corresponde a idade de natureza que vai de dois a doze anos, fase chamada “idade da razão”. O terceiro livro, refere-se a fase entre os doze e quinze anos, quando inicia-se a “idade da força”. O período que se desenrola entre os quinze e os vinte anos é a chamada “idade da razão e das paixões”, tema do quarto livro. As etapas trabalhadas neste estudo são referentes aos três primeiros livros. Assim, nestes três primeiros livros, será apresentado o indivíduo na infância até a fase da idade da força (adolescência).

2.1 A infância

Como já foi dito, Rousseau tenciona através do seu ideal de educação, fazer com que o homem se aproxime o máximo possível de sua condição natural, pois apesar de consistir numa categoria teórica, espera que o indivíduo, ou de maneira mais específica a criança, seja educada em conformidade com os princípios estabelecidos pela própria natureza. Como diz o autor:

Nascemos capazes de aprender, mas sem nada saber e nada conhecendo. Acorrentada a órgãos imperfeitos e semiformados, a alma não tem nem mesmo o sentimento de sua própria existência. Os movimentos, os gritos da criança que acaba de nascer são efeitos puramente mecânicos, carentes de conhecimento e de vontade (ROUSSEAU, op. cit., 46).

A infância é voltada a uma educação do tipo natural, desenvolver livremente suas ações, que deve oferecer à criança as bases ao amplo processo de formação, capaz de preparar a criança para tornar-se progressivamente um futuro cidadão. Cabendo a esta fase ainda, desdobrar-se entre as necessidades e aos cuidados dispensados pelo adulto.

Para Rousseau, a formação do caráter da criança deve estar baseada, nas qualidades estabelecidas pela própria idéia de educação natural, buscando compreender a criança em seu próprio mundo, e disso deriva-se a ideia de que o conceito de infância tem a

ver primeiramente com a existência pedagógica de se compreender a criança pela criança: a formação do homem no homem deve iniciar com a consideração da criança em seu próprio mundo.

As crianças não devem ser tratadas como adultos, mas sim em seu sentido próprio. Os dois primeiros livros do “*Emílio*”, oferecem informações valiosas sobre o desenvolvimento cognitivo e moral da criança, mostrando ainda, a importância e centralidade da intervenção do adulto por meio de cuidados, por ele dispensados à criança, principalmente na primeira infância, desenvolvendo-se num processo que tem o cuidado da mãe e da ama-de-leite.

O filósofo evidencia que a pretensão primordial da educação é ofertar a Emílio o estudo da condição humana para conhecer o que ela é, na medida em que conhece a si mesmo. Tende este conhecimento a capacidade de suportar as adversidades da vida, de onde se segue e aprende a viver no que tange ao desenvolvimento de todas as faculdades humanas, e é lição fundamental que a natureza lhe confere.

Convém ressaltar que o preceptor deve direcionar a criança para o que é natural, visto sua personalidade se formar através de inter-relações com o meio, deve evitar que ela seja contaminada pelos vícios e preceitos dos adultos. Ademais, na proporção em que a condição infantil torna a criança dependente e fraca, é plausível que o preceptor se encarregue de moldá-la desde o nascimento até a idade que esteja convicto que já pode guiar-se por si mesma; pois na concepção de Rousseau, o homem não nasce pronto, ele se constrói influenciado por fatores internos e externos, a educação se mostra como instrumento crucial na formação deste indivíduo, por oferecer a ele o necessário e suficiente nesse processo. Pois o autor mesmo afirma:

Moldam-se as plantas pela cultura, e os homens pela educação. Se o homem nascesse grande e forte, a estatura e a força ser-lhe-iam inúteis até que tivesse aprendido a servir-se delas; ser-lhe-iam prejudiciais, pois impediriam que os outros pensassem em socorrê-lo e, entregue a si mesmo, morreria de miséria antes de ter conhecido suas necessidades. Queixamo-nos da condição infantil e não vemos que a raça humana teria perecido se o homem não tivesse começado por ser criança (Ib. *Ibid.*, p.08)

No que concerne à educação da natureza, que se dá na infância, é pertinente esclarecer que ela é responsável pelo desenvolvimento interno das faculdades e dos órgãos. Nessa momento da educação que compreende a idade entre zero a dois anos, é que são

lançadas as bases para constituição do ser humano, posto que, é nessa fase que a criança, posta em liberdade, aprenderá a exercitar seu corpo e aprimorar as sensações.

O pensador assevera que cabe às mães a educação da criança nessa primeira etapa, no sentido de exercer sua maturidade seguindo os desígnios da natureza, ou seja, cumprir seus deveres maternos para com a criança, permitindo que seja exposta a provocações e experiências, de modo que adquira força para suportar sua própria vida. Citando Rousseau:

Mas, se as mães se designarem a amamentar seus filhos, os costumes reformar-se-ão por si mesmos, e os sentimentos da natureza despertarão em todos os corações. O estado irá repovoar-se [...] Assim, apenas da correção desse abuso logo decorreria uma reforma geral, logo a natureza teria reassumido todos os seu direitos. Se as mulheres voltarem a ser mães, logo os homens voltarão a ser pais e maridos. (Id. Ibid., p. 22)

Nesse sentido, o amor à mãe será transferido para a pátria. A conservação de sua vida leva-o a conservar também a pátria.

Na medida em que as primeiras sensações da criança são de prazer e dor, a primeira noção de dever que a natureza lhe prescreve é o dever para consigo mesmo, ou em outras palavras, a primeira preocupação que a natureza lhe impõe é a conservação de sua vida. A própria natureza se encarrega de conceber a criança com os meios necessários para desenvolver seu corpo, seus membros e suas sensações, propiciando a esta além do desenvolvimento de suas potencialidades, meios adequados para a preservação de sua existência. Haja vista que os males do homem são resultados da má educação compreendida como a indução das crianças a fazer ou aprender coisas contrárias a seus interesses ativos. O princípio básico da educação que compreende a idade de dois a doze anos, deve ser a de não transmitir ensinamentos precocemente às crianças, pois segundo Rousseau, o segredo de uma boa educação consiste em perder tempo, no sentido de que a criança comece a construir seus próprios juízos. Segundo o autor:

A natureza quer que as crianças sejam crianças antes de serem homens. Se quisermos perverter essa ordem, produziremos frutos temporões, que não estarão maduros e nem terão sabor, e não tardarão em se corromper; teremos jovens doutores e crianças velhas. (Id. Ibid., p. 91)

O que significa dizer que não se deve inverter a ordem das coisas, mas que elas sigam seu curso natural.

Para o filósofo, é de fundamental importância que a prioridade do preceptor nessa fase, seja proteger a alma de todos os vícios e de ganhar tempo para que a razão seja amadurecida de forma conveniente e no tempo certo. Desta maneira, a educação para Rousseau se delineia numa educação negativa, porque as noções de virtude e de verdade e de maneira mais ampla, noções de moralidade são conhecimentos não apropriados nessa fase de amadurecimento dos órgãos e dos sentidos. Isto por que:

A primeira educação deve ser puramente negativa. Consiste não em ensinar a virtude ou a verdade, mas em proteger o coração contra o vício e o espírito contra o erro. Se pudésseis nada fazer e nada deixar que fizessem, se pudésseis levar vosso aluno são e robusto até a idade dos doze anos sem que ele soubesse distinguir a mão direita da esquerda [...] logo se tornaria em vossas mãos o mais sábio dos homens e, começando por nada fazer, tereis feito em prodígio da educação (Id. Ibid., p. 97)

Desse modo, a educação negativa prima pela não transmissão direta de deveres a serem seguidos pelas crianças; esta não é ociosa e destituída de proteção contra o erro, pois possui como finalidade primordial a da preservação dos vícios e a proteção contra o erro, e o afastamento de deveres preceituados às crianças que possam tornar-se um fardo em suas vidas. Nesse contexto, nenhum preceito deve ser dado verbalmente às crianças, ao contrário, a criança deve usufruir de uma liberdade regrada, de modo que possa abstrair da própria experiência às máximas que servirão de base para direcionar suas ações em sociedade. Conforme Cerizara:

Com a idade, mudam as características e as potencialidades da criança; conseqüentemente, a ação do governante também deve mudar, conservando sempre o princípio básico: praticar uma educação que leve à autonomia da criança e que se define pela liberdade. (CERIZARA, 1990, p. 160)

Cabe ainda, ao preceptor, o dever de se ater em observar as particularidades de cada criança, seu caráter, seu espírito e seu temperamento, para que posteriormente vislumbre o princípio educacional que lhe convém. Pois, conforme Rousseau:

Outra consideração que confirma a utilidade deste método é a do gênio particular da criança, que se deve conhecer para saber que regime moral lhe convém. Cada espírito tem a sua forma própria, segundo a qual precisa ser governado, e é importante para o êxito de nossos trabalhos que se determine que ele seja governado dessa forma e não de outra. (ROUSSEAU, op. cit., p. 98)

Por conta dessa observação feita a respeito do temperamento e do caráter da criança por parte do preceptor, torna-se explícito, no tocante às virtudes que a moralidade despertada na referida fase não denota verbalização e repetição mecânica pautada nas ações dos outros. Ora, se a criança é privada de qualquer ato moral não é admissível que a essência de seus deveres esteja assentada na imitação do modo de agir dos outros, mas sim, na sua própria experiência, bem como na lição fundamental que compete ao preceptor ofertá-la, a saber, a de não fazer mal a ninguém. Isto porque, para Rousseau:

A única lição de moral que convém na infância, e a mais importante em todas as idades, é a de nunca fazer mal a ninguém. O próprio preceito de fazer o bem, se não estiver subordinado a este, é perigoso, falso e contraditório (ib. Ibid., p. 115)

Não obstante a dificuldade de pôr em prática a máxima de não fazer o mal a ninguém ao estar inserido em sociedade, Rousseau enfatiza que uma educação solitária será preferível para reservar mais a criança dos vícios e evitar ações más na convivência com o outro, pois, considerando-se que é na infância que são plantadas as sementes da cidadania, é importante que a criança seja afastada, isto é, preservada dos males da sociedade, para que tenha condições de adentrar na ordem civil sem sofrer perversão. Sendo este um dos motivos da crítica a Rousseau por ver a criança como particular.

Rousseau enfatiza ainda, que o fato do saber da criança estar ligado àquilo que toca sua sensibilidade, não implica dizer que a criança seja desprovida de racionalidade, pois muito embora a racionalidade intelectual – capacidade de lidar com ideias complexas – lhe falte, ela é imbuída de uma racionalidade peculiar à sua idade, e a razão sensitiva, que direciona seu olhar ao que é acessível a seu grau de compreensão, ou seja, àquilo que toca seus sentidos. Conforme o autor:

Todo o seu saber está na sensação, nada passou para o entendimento. Sua própria memória é pouca coisa mais perfeita que suas outras faculdades, já

que quase sempre é preciso que reaprendam, ao crescerem, as coisas cujos nomes aprendam durante a infância.(Id. Ibid., p. 120)

Assim, torna-se explícito que Rousseau não pretende estabelecer que a criança seja destituída de racionalidade, ao contrário, assevera que anterior à racionalidade intelectual existe uma racionalidade correlacionada com a experiência e os fatos, de modo que através das impressões que afetam seus sentidos, a criança seja capaz de formular um conhecimento próprio a respeito dos fenômenos e objetos. A respeito desse conhecimento, diz Marlene Dozol:

Ora, tais idéias a respeito de uma natureza racional dinâmica dependente das recorrências de sensibilidade irão sugerir significativas implicações educativas. Não só sob os aspectos sensível e intelectual, mas, sobretudo sob o aspecto moral. Nas fases em que a razão ainda não está consolidada - o que irá ocorrer aproximadamente na adolescência - a criança deve receber as lições da experiência e não as do verbo. (DOZOL, 2006, p. 54)

Pelo exposto, pode-se inferir que até então, Jean Jacques Rousseau orientou seu discípulo fictício para atividades relacionadas às necessidades, resguardando-o de qualquer acepção moral. Posteriormente, serem feitas análises mais detalhadas a respeito do aprendizado da criança por intermédio da sensibilidade.

Para Rousseau, o ato de educar faz parte da própria vida, de sorte que, aprender e ensinar é parte da natureza de qualquer ser vivo. Em conformidade com seu método educacional, a criança é posta como critério e medida do aprender, sendo que, o papel fundamental do preceptor consiste em protegê-la do vício e do erro, bem como o de permitir que tenha autonomia para conhecer as coisas direcionadas pelo princípio ativo que lhe é inerente, viabilizado pela própria natureza. Ou ainda, uma educação das coisas, na qual os objetos sensíveis afetam os sentidos das crianças, fazendo que suas sensações sejam transformadas em ideias. Como diz Danilo Streck:

Transformemos nossas sensações em idéias, mas não saltemos de repente dos objetos sensíveis para os intelectuais. É pelos primeiros que devemos chegar aos outros. Nas primeiras operações do espírito, sejam os sentidos sempre seus guias: nenhum livro além do livro do mundo, nenhuma instrução a não ser os fatos. (STRECK, 2004, p. 216)

Anterior à idade da razão, a racionalidade intelectual da criança só é possível, se for capaz de formular ideias simples a respeito dos fenômenos; no momento em que o preceptor consegue torná-la atenta aos fenômenos da natureza, é despertada sua curiosidade frente às coisas. É nesse sentido que a criança deve ser estimulada a aprender por si. Contudo, na concepção de Rousseau, quando a criança não é capaz de formular ideias complexas a respeito dos objetos, faz-se necessário ressaltar que a motivação de sua aprendizagem, não se encontra em nada exterior a ela, mas sim no seu interior, no seu coração, de forma que desenvolva a capacidade de sentir os fenômenos da natureza de dentro, que determinado objeto inquiete seu ser, que aprenda não por determinação de outrem nem por obrigações, mas antes de tudo pelo prazer e pelo simples desejo de aprender.

Diante disto, é notória que a educação da criança é pautada na experiência e nos fatos, de maneira que, através do processo de observação dos fenômenos a criança é incitada pelo preceptor a julgá-los segundo suas faculdades. Atrelada a essa questão, está a obrigação que cabe ao preceptor, de não envolver o aluno com suas interpretações, do contrário, dar autonomia de julgar as coisas à sua maneira, ou seja, a redução da dependência do outro são suprimidas. Diz Cerizara:

Antes disso, Rousseau diz, que diante de cada questionamento feito pela criança, antes de responder é preciso ter claro que já é tempo de ouvir". Para atuar, o governante não deve sucumbir à dependência do aluno, nem vice-versa: só a dependência das coisas deve prevalecer. Além disso, é preciso saber o nível em que a criança se encontra (tomando por base as características gerais da infância, o marco circundante e as particularidades do aluno em questão).(CERIZARA,1990,p.108)

Em se tratando da educação das coisas, a experiência se instaura enquanto principio base no processo de conhecimento na infância em conjunção com a faculdade sensitiva da criança que a faz apreender os objetos externos. Será tratado desse processo no capítulo a seguir.

2.2 A adolescência (idade da força)

A adolescência é a fase em que o indivíduo inicia o processo de julgamento racional a respeito das coisas, de maneira diferente do que ocorre na infância. Quando a sua

força se sobrepõe à satisfação de suas necessidades, é denominada “idade da razão”. Na idade da razão, o critério utilizado para escolher as coisas que lhe convém aprender é o critério da utilidade, ou seja, é pertinente que o adolescente aprenda aquilo que seja capaz de vivenciar, para que formule ideias claras e justas a respeito do objeto estudado. Outro aspecto relevante dessa fase reside no fato de que é nela que o adolescente toma consciência de si e começa a vida como indivíduo, onde o preceptor atua diretamente no seu direcionamento para as regras de convivência com o outro.

No que se refere ao processo de aprendizagem na adolescência, convém salientar que o conhecimento do adolescente com relação a determinado objeto ou fenômeno, pode fazê-lo incorrer em erros em suas interpretações, entretanto, o erro também faz parte da aprendizagem. Rousseau esclarece que não é função do preceptor repreender o aluno, nem tampouco tentar evitá-lo, o preceptor deve se esforçar para tentar despertar no seu aluno a capacidade de ser razoável no que concerna à capacidade de estabelecer relações e de produzir julgamentos próprios à respeito de determinado objeto. Segundo Streck:

A capacidade de ser razoável não tem a ver com a quantidade de conhecimentos, mas com a capacidade de estabelecer relações e de fazer julgamentos próprios sobre a matéria [...] Nessa nova educação, a única comparação possível é com aquilo que a própria criança já aprendeu. (STRECK, op. cit., p. 47)

É importante reforçar, no tocante à educação que compreende a idade de doze a quinze anos, o adolescente experimenta uma série de sensações que viabilizam o desenvolvimento de seus órgãos e faculdades, de sorte que, com o desenvolvimento físico, a partir de sua sensibilidade é que, sua alma e de maneira mais específica sua razão, se instaura enquanto princípio motor de sua consciência, numa palavra, o próprio ato de existir pressupõe o ato de sentir. Em outras palavras, depois de desenvolvida a sensibilidade e o aspecto físico é que se deve desenvolver a parte racional. Segundo afirma Cerizara:

Para Rousseau, somente homens comuns têm a necessidade de se educar, e somente a educação deles serve de modelo aos seus semelhantes. A seleção de um homem comum implica a escolha do lugar em que deve viver, já que: o meio não é indiferente à cultura dos homens; eles só são tudo aquilo que podem ser nos climas temperados. (CERIZARA, op. cit., p. 55)

A essa afirmativa convém observar que a constituição plena do homem, depende de fatores internos e externos, de modo, que o desenvolvimento de suas potencialidades depende diretamente da interação que estabelece com o meio. E para o autor, a educação só é concretizada no momento em que é direcionada para a vida em sociedade.

A esta fase cabe ainda, que, após a formação do corpo, de sua sensibilidade e sua capacidade intelectual, Emilio será apresentado na sociedade para conhecê-la. É a partir desse momento que o discípulo de Jean-Jacques passará a examinar o mundo e os outros, em relação a si e ao que aprendeu sobre ambos do mesmo modo como será examinado para o estudo do coração do homem. Isto por que:

Depois de ter começado por exercitar o seu corpo e seus sentimentos, exercitamos seu espírito e seu juízo. Finalmente reunimos o emprego dos membros ao de suas faculdades; fizemos um ser ativo e pensante, só nos resta fazer um ser amoroso e sensível, isto é, aperfeiçoar a razão pelo sentimento. (ROUSSEAU, 2004, p. 274)

A principal característica que demarca a passagem entre a infância e a adolescência é justamente a inserção do sujeito na sociedade para o estudo das relações entre os homens. Partindo dessas afirmações, torna-se evidente que a pretensão de Rousseau com relação ao seu aluno fictício, não é fazê-lo retroceder às condições naturais do estado pré – social, nem tampouco isolá-lo do convívio social, residuo antes de tudo, na possibilidade de formar seu moral, para que posteriormente a esse processo esteja dotado da capacidade de observar e julgar as relações morais e políticas do homem social. Emílio é apresentado como um novo cidadão. Indivíduo autônomo, dotado de capacidade para enfrentar os desafios de sua nova condição que passa a ser social.

Esse estágio de Emílio enquanto ser social é caracterizado por Rousseau com o segundo nascimento, posto que o primeiro nascimento é o biológico, ou seja, para a vida – o sujeito descobre seu ser físico – e o segundo, é espiritual, para a existência, no qual o sujeito descobre seu ser moral e é despertado para a descoberta do sexo. Ou seja, o primeiro vai do nascimento até dois anos de idade que se caracteriza pela idade das necessidades e dos cuidados, e o segundo que se estende de dois a doze anos é a fase da força. E sua diferença também se dá, do ponto de vista pedagógico, no deslocamento da centralidade dos cuidados dispensados pelo adulto ao atendimento das necessidades da criança em seu primeiro nascimento para o papel atribuído à educação dos sentidos no segundo nascimento.

No tocante ao nascimento para a existência ou segundo nascimento, o filósofo assevera que é nessa fase que as paixões afloram no coração do homem, havendo, pois, a necessidade de o preceptor exercer um papel ativo no sentido de incentivar que sejam despertadas no seu coração somente paixões naturais. Cumpre evitar que as paixões corrompam a integridade desse sujeito, ou seja, cumpre regrá-las, e nessa fase a educação deixa de ser negativa, considerando-se que o preceptor exerce um papel fundamental na formação do homem enquanto ser social. Embora Emílio tenha vivido afastado do cenário social, segundo Rousseau:

Emílio não é um selvagem a ser relegado pelos desertos: é um selvagem feito para morar nas cidades. É preciso que saiba encontrar nelas o necessário, tirar partido dos habitantes e viver, senão como eles, pelo menos com eles. Já que, em meio a tantas relações novas de que dependerá, será preciso, mesmo contra sua vontade, que ele julgue, ensinemo-lhe então a bem julgar. (Id. Ibid., p 278)

É importante salientar que nessa fase existem duas paixões primitivas que levam o indivíduo a se voltar para o conhecimento do outro, e que é operada uma espécie de unificação entre corpo e espírito, razão e sentimento, de modo que, é a partir desse processo que o amor de si – paixão primitiva que faz nascer em cada um zelo por sua conservação – é transformado em amor pelo outro ou pela comunidade.

Ressalte-se que o amor de si – é uma paixão que desperta no sujeito o interesse por aquilo que diz respeito à sua conservação e satisfação de suas verdadeiras necessidades; proporcionando ao sujeito um instinto que conserva o conhecimento natural funcionando como auto conservação que o leva buscar por aquilo que lhe parece capaz de garantir sua persistência pela vida e evitar o que lhe pode ser prejudicial. O amor próprio é uma paixão que nasce da vaidade ausente no coração do homem, e que por sua vez, é despertada através da comparação com os outros, uma perversão do amor de si originário, sendo apenas um sentimento relativo, factício e nascido na sociedade, que leva cada indivíduo a fazer mais questão de si do que de qualquer outro, que inspira aos homens todos os males. Assim, torna-se explícito, que em Rousseau o amor de si é uma paixão natural que desperta no homem o desejo por sua benevolência e que o amor próprio surge em consequência das depravações das relações sociais que a faz preferirem-se aos outros. Por isso Rousseau defende:

Tendo Emílio até o presente momento olhado apenas para si, o primeiro olhar que lança a seus semelhantes leva-o a comparar-se com eles, e o primeiro sentimento que exercita nele esta comparação é desejar o primeiro lugar. Eis o ponto em que o amor de si transforma-se em amor próprio e onde começam a nascer todas as paixões que eles dependem. (Id. Ibid., p. 324)

Além do desejo inato de conservação do bem mais precioso que é a vida (amor de si), Rousseau afirma que o homem carrega também uma virtude natural que o torna um ser compassivo e sensível. Trata-se da piedade que consiste na repugnância inata de ver sofrer ou perecer o seu semelhante. Este impulso interior de comiserção é fundamental no processo de socialização na medida em que produz um movimento natural de empatia com a dor do semelhante. Ou seja, a piedade gera sociabilidade porque exige que o homem considere a desgraça alheia. Por isso, é que Emílio se reconhece nos outros, apesar de vivido afastado deles. Sobre a piedade, diz Fortes:

Não creio ter a temer qualquer contradição, se conferir ao homem a única virtude natural que o detrator mais acirrado das virtudes humanas teria de reconhecer. Falo da piedade, disposição conveniente a seres tão fracos e sujeitos a tantos males como somos; virtude tanto mais universal e tanto mais útil ao homem quando nele precede o uso de qualquer reflexão, e tão natural que as próprias bestas às vezes são dela alguns sinais perceptíveis. (FORTES, 2007, p. 81)

Contudo, cumpre observar que o amor de si não reside somente no zelo pela auto conservação, mas também no amor por aquilo que nos preserva, do mesmo modo como na disposição natural o sujeito possui em si de compadecer-se com o sofrimento do outro, a piedade natural, que é anterior a qualquer reflexão. Essa disposição natural de amar aquilo que o preserva, o ato natural de se compadecer com o sofrimento do outro, demonstra claramente que o indivíduo possui de forma inata a benignidade, sendo que, a vaidade e demais doenças morais que contaminam os indivíduos, não podem ser consideradas frutos da natureza e vontade do criador.

Capítulo 3: A Autonomia

Rousseau esclarece quanto a Emílio, que este possui virtudes que o possibilitaram preservá-lo (vícios das grandes cidades), de onde se segue que a educação a

que foi submetido em seu itinerário, torna evidente ser capaz de adentrar na sociedade e no âmbito das relações sociais sem se deixar guiar pelas aparências e opiniões.

Os traços principais da autonomia do indivíduo no seu estado original são respectivamente a completa independência dos outros e o equilíbrio entre suas necessidades básicas e suas forças; Considerando que no suposto estado natural, o homem era originalmente íntegro e auto-suficiente, dotado de liberdade natural, e impulsionado a agir a partir de seus instintos, isto porque pra Rousseau, no momento em que os homens principiaram suas relações sociais e passaram a viver de aparência dando margem ao julgamento do outro sobre si, tornaram-se escravos e submissos, isto é incapazes de autoconhecimento. Esse outro conhecimento pode ser esclarecido como o ato do indivíduo centrar-se em si como forma de contemplar aquilo que de fato é próprio de sua natureza.

Destarte, à medida que sua condição de pureza e bondade foi sendo suprimida, o homem passou por um processo de exteriorização, perdendo por completo a vinculação com o interior, e, por conseguinte, a liberdade que lhe era inerente. Há ainda outro aspecto que contribui para a destruição da autonomia no homem deixou, nesse caso, o aumento contínuo de suas necessidades, as quais ultrapassam suas forças e o tornaram juguete da busca infundável por sua satisfação, de onde se segue que o homem que outrora era forte e viril, resumiu-se a um ser fraco e dependente. Já que neste estado todos são iguais por natureza, pois segundo defende o autor:

Há no estado de natureza uma igualdade de fato real e indestrutível, porque é impossível, nesse estado, que a mera diferença de homem para homem seja suficientemente grande para tornar um dependente do outro. Há no estado civil uma igualdade de direito quimérica e vã, porque os meios destinados a mantê-la servem a eles próprios para destruí-la, e a força pública somada ao mais forte para oprimir o fraco rompe a espécie de equilíbrio que a natureza coloca entre eles. (Id. *Ibid.*, p. 325)

Nesse contexto, percebe-se claramente que a autonomia é um dever que a natureza impõe ao homem, por permitir que ele se sinta ameaçado por ela, cabendo, a ele comprometer-se integralmente com o cumprimento deste dever, que ele próprio deve prescrever sobre sua própria vontade.

Rousseau expõe que a educação – se bem encaminhada – pode tornar-se via de acesso à renaturalização do indivíduo no sentido de propiciar a este o usufruto da liberdade que lhe é inerente, advinda do estado de natureza dotado de autonomia. E que no contexto social, no caso o Pacto Social – contrato pelo qual todos abdicam de seus direitos em favor da

comunidade, essa recuperação não é possível, justamente pela perda de liberdade e autonomia. Pois, segundo Rousseau:

As cláusulas desse contrato são de tal modo determinados pela natureza do ato, [...] até quando violando-se o pacto social, cada um volta a seus primeiros direitos e retoma sua liberdade natural, perdendo a liberdade convencional pela qual renuncia. (ROUSSEAU, 1978, p. 32)

Assim fica estabelecido de antemão, que a obra o *Emílio* no qual Rousseau discorre sobre o problema da educação, tem como pano de fundo a possível renaturalização do indivíduo, permitindo ao sujeito centrar-se em si, de modo que adquira a capacidade de pensar e julgar as coisas que o rodeia ao fazer uso de sua racionalidade. Podemos vislumbrar nessa capacidade (autonomia) de pensar por si de cada indivíduo aclamada pelo filósofo, a sua total aversão a qualquer instituição que tente manipular o sujeito, impondo-lhe preceitos que anulem a possibilidade de julgar os fatos por meio de suas próprias faculdades, e de maneira especial por intermédio da razão.

A princípio, o filósofo julga que o ponto de partida para a restituição da autonomia do indivíduo seria a educação da natureza pela qual o sujeito desenvolveria seu ser físico – seus órgãos e suas faculdades em geral – por ser de tal forma uma espécie de educação onde a própria natureza se encarregaria de instruir indivíduos e de maneira especial, as crianças, sem tolher seus movimentos nem tampouco impedir que experencie e julgue os fatos de suas próprias faculdades. Mas, como não é mais possível voltar àquele estado só a educação pode fazer com que o indivíduo se reencontre consigo mesmo.

Por isso, é importante que a criança tenha adquirido autonomia suficiente para movimentar-se e descobrir o mundo através de seus sentidos, bem como, torna-se essencial que o preceptor permita que essa liberdade ocorra de uma forma bem regrada no sentido de mantê-la apenas sob a dependência das coisas, isto é, afastá-lo de toda e qualquer influência de vícios e paixões perniciosas, mas tendo conhecimento deles. Assim, a liberdade é diretamente proporcional ao equilíbrio entre poder e vontade, ou seja, a equiparação entre força e necessidade. Pois segundo afirma Cerizara:

A única saída para o homem consiste em manter-se em harmonia com a natureza. Para isso, somente o princípio da necessidade deve ser considerado. Das forças naturais advém a possibilidade da liberdade, ao mesmo tempo, o seu limite. (CERIZARA, 1990, p 86)

Destarte, considerando-se que a felicidade do homem deve ser proporcional a sua autonomia, é necessário que este abandone as aparências para que possa concentrar-se em si e auto reconhecer-se como forma de reconciliar-se com sua felicidade, pois segundo enfatiza Rousseau o estado de felicidade não se encontra em nada exterior ao indivíduo, mas nele mesmos. Por conseguinte, para que o homem possa resgatar sua autonomia e se reconciliar com sua felicidade é necessário que volte-se a si, para o conhecimento de seu ser em toda sua transparência, como forma de vislumbrar aquilo que de melhor pode realizar nas suas ações políticas e morais em sociedade. Isto porque:

Para Rousseau a felicidade não passa de um estado negativo, na medida em que é mais feliz quem sofre menos. Ora, se a infelicidade está na desproporção entre seus desejos e sua capacidade para realiza-los, para sofrer menos urge buscar o equilíbrio. (Id. Ibid., p. 83)

A afirmação do sujeito enquanto ser autônomo e passível de felicidade está intrinsicamente respaldada no retorno a si para o autoconhecimento, bem como na apercepção daquilo que possui de melhor, para que possa transpor à vida coletiva. No momento em que os homens principiaram suas relações sociais e passaram a viver de aparências dando margem ao julgamento do outro sobre si, tornarem-se escravos e submissos, isto é incapazes de autoconhecimento. Esse autoconhecimento pode ser esclarecido como o ato do indivíduo centrar-se em si como forma de contemplar aquilo que de fato é próprio de sua natureza.

Assim, a autonomia consiste em distinguir as suas necessidades reais das necessidades supérfluas (falsas necessidades) e desnecessárias. E este caminho deve ser assegurado desde cedo pelas crianças em seu desenvolvimento moral. O adulto seria uma figura participante desse processo, mas, na medida do possível, esse processo de desenvolvimento deve ocorrer somente no contato entre a criança e o mundo à sua volta. Como diz Rousseau:

Quando começar a ficar mais forte, deixai-a engatinhar pelo quarto; deixai que a criança se desenvolva e estique as perninhas e os bracinhos e vereis que ela se fortalecerá a cada dia. Comparai-a com outra criança bem

enfaixada, da mesma idade, e ficareis admirados com a diferença de seus progressos. (ROUSSEAU, op. cit., p. 45)

Pois é de criança que o indivíduo deve lidar com o meio para adquirir experiência e autonomia.

Chegando à adolescência surgem as primeiras manifestações de consciência, e dos primeiros sentimentos de amor e ódio. Como também é o período da educação religiosa, que, segundo Rousseau não deve ser imposta ao indivíduo, isto é, não deve ser imposta a religião que ele deve seguir, mas, o que deve fazê-lo é colocá-lo em condição de escolha e sua própria religião e que na sua escolha, seja conduzido pelo menor emprego da razão. Assim, terá autonomia para escolher, princípio fundamental para que ao chegar a fase adulta, possa fazer suas próprias escolhas.

3.1 Educação na infância como princípio de formação do indivíduo.

Rousseau enfatizava, que existe a necessidade da infância ser vista como um período da vida em que deveriam ser respeitadas as características e suas particularidades. A criança deveria aprender por meio de experiência e atividades práticas apropriadas à condição de ser em constante descobrimento. Assim como, deve-se dar importância à individualidade de cada uma, uma vez que todas nascem iguais, e com características e atitudes que denotam suas diferenças, e para que esta possa ser educada é necessário conhecer sua natureza. Uma educação conforme a natureza que preservasse da sociedade corrupta. Pois, o autor preconizou uma educação afastada da artificialidade das convenções sociais. Moldada nas diferentes fases da criança.

A infância, segundo Rousseau, é o período em que, se desenvolvem as faculdades naturais do indivíduo, com orientação voltada para o que é natural. Assim como seu desenvolvimento físico. Contudo, para o autor, a criança precisa de liberdade para viver e aproveitar cada fase em seu devido tempo.

Por isso, é necessário educar o indivíduo desde o nascimento, para que lhe seja garantida a preservação de todas as suas inclinações sociais que vem cedo demais na concepção do autor, até que constitua a sua formação física e moral durante a infância e adolescência. É quando passa a adquirir as qualidades que permitem inserir-se na sociedade, abrindo espaço para a construção de sua cidadania.

A educação para Rousseau acompanha o desenvolvimento natural da vida, sendo que em cada período deve ser oferecido ao indivíduo aquilo que ele deve aprender isto é necessário para aquele momento ou fase. Retifica que, o processo de construção do homem depende daquilo que teve contato, e que os avanços adquiridos ao longo de sua vida devem ocorrer de acordo com suas necessidades e oportunidades para que se cumpra o seu desenvolvimento e como desde os primeiros anos de vida para que se torne um cidadão autônomo.

Posto que, tal educação está voltada para o desenvolvimento natural, pois, para Rousseau o homem já possui de forma inata a predisposição para o bem, cabendo, pois, à educação ativá-la.

A educação na infância não se baseia, no método inativo, pautado pela ausência de lições de moral e verbalização de conteúdos incompreendidos pela criança. Ela deve buscar dar oportunidades para realizarem tarefas sozinhas. Na visão de Jean - Jacques Rousseau, deve-se fazer perceber os direitos e os deveres , uma vez que distintos, garantirão o respeito mútuo e a especificidade da criança com influência de seu meio social no futuro. Na perspectiva de Marlene Dozol:

Considerando que a humanidade tem seu lugar na ordem das coisas, Rousseau irá refletir sobre o lugar da infância na ordem da vida humana. E, então descobrirá que, a infância é uma das etapas evolutivas do processo de maturação do homem, possui, justamente por isso, um valor em si mesma. (DOZOL, 2006, p. 52)

Dessa forma a educação preconizada por Rousseau, no presente tema, **A educação na infância como princípio de formação do indivíduo**, destaca a maneira como o filósofo esclarece que através do Emílio, personagem e sujeito, a criança deve adquirir virtudes que lhe possibilitem preservar-se dos vícios das grandes cidades, de onde se segue que a educação a que foi submetidos em seu itinerário torna evidente que ele é capaz de adentrar na sociedade e no âmbito das relações sociais sem se deixar guiar por aparências e opiniões, por ter tido como princípio, a autonomia na aquisição do conhecimento.

Possibilitando assim, ao indivíduo o desenvolvimento de todas as potencialidades na esfera física, moral e política, dando primazia a sua formação enquanto ser autônomo, auto-suficiente, ou seja, naturalmente livre e independente do outro, sob o ponto de vista de uma educação natural, que permitiu à criança a descoberta de seu ser físico, e auto-

suficiente sob o ponto de vista da educação voltada para o exercício da cidadania, caracterizada pela aquisição de uma liberdade moral, proveniente de uma relação salutar com seus semelhantes. Esta educação proposta por Rousseau transcende a mera formação do indivíduo alicerçada em métodos que supervalorizam o conteúdo em detrimento da experiência. Segundo sua proposta, a autonomia de julgar os fatos por si, só se concretiza se o sujeito for estimulado a formular conhecimentos próprios a respeito dos fatos ou fenômenos que se apresentaram à sua sensibilidade. Em síntese, a afirmação do indivíduo enquanto ser autônomo e passível de felicidade está intrinsecamente respaldada no retorno a si para seu autoconhecimento, bem como na apercepção daquilo que possui de melhor, para que possa transpor a vida coletiva.

Em *Emílio*, Rousseau tenciona através do ideal de educação natural, fazer com que o homem se aproxime ao máximo possível de sua condição natural, pois apesar desse estado consistir numa categoria teórica, espera-se que o indivíduo ou de maneira mais específica a criança seja educada em conformidade com os princípios estabelecidos pela própria natureza. Para Rousseau “a educação começa junto com a vida, ao nascer a criança já é discípula, não do preceptor, mas da natureza”(Rousseau, 2004, p. 46). Ou seja, ofertar uma educação pra moldá-lo desde o nascimento até a idade em que esteja convicto que já pode guiar-se por si mesmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Rousseau propõe em modelo educacional que supervalorize a autonomia do indivíduo, que consiste em distinguir as suas necessidades reais das necessidades supérfluas (falsas necessidades) e desnecessárias e para que tenha subsídios de adentrar na sociedade sem deixar-se corromper por seus vícios. Ora, se a educação desde o princípio é direcionada para a formação do homem social, é perceptível na obra *O Emílio* que a proposta educacional do autor versa sobre um projeto de formação do indivíduo em sociedade, como um todo, frente à sociedade cheia de males.

No entanto, o ideal de formação do indivíduo tem sua base no estudo da educação do homem, através do qual o indivíduo é estimulado desde a infância a suportar a dura lei da necessidade, habituando-se desde o princípio aos sofrimentos ao qual a natureza o submete.

Destarte, Rousseau postula que no processo de construção do indivíduo, existem três mestres ou três espécies de educação que viabilizam a este sua formação enquanto ser físico e moral, priorizando a valorização de sua autonomia: educação de natureza, caracterizada como uma fase de inocência e bondade na qual a criança desenvolve seu ser físico, sua autonomia é assegurada no momento em que o adulto não a impeça de movimentar-se livremente, tornando-se capaz de desenvolver através da inter-relação com o meio; a razão sensitiva que consiste na formulação de ideias simples a partir de suas experiências físicas a respeito da realidade externa. Na educação das coisas ou dos objetos, o indivíduo é incitado a “inventar a ciência”, ou seja, é motivado a captar (conhecer) os fenômenos e objetos a partir de sua sensibilidade, possuindo autonomia suficiente para emitir julgamentos próprios a respeito da matéria. Finalmente na educação dos homens, o sujeito descobre seu ser moral e é despertado para a descoberta para o sexo; nessa fase, o indivíduo começa a experimentar as relações sociais, voltando-se amplamente para o estudo dessas relações, de modo que, é nesse momento que o amor de si – sentimento que desperta em si o interesse por sua beneficência – é transformado em amor pelo outro ou pela comunidade.

Essa inserção do indivíduo no âmbito social, característica da educação dos homens, é efetivada no momento em que é direcionado para o estudo das relações civis com seus concidadãos. As bases para o estudo da relações civis entre os homens e para o conhecimento dos regimes políticos em cada nação, estão alicerçadas nos princípios de direito político e no pacto social entre iguais. Este pacto por sua vez, é sustentado pela vontade geral

que assegura a sobreposição do bem coletivo frente ao bem particular, constituindo-se, pois, numa vontade suprema com vistas ao bem estar geral.

A educação na infância como princípio de formação do indivíduo, apresenta a possibilidade de que o homem desenvolva todas as suas potencialidades na esfera física, moral e política, de modo que, a autonomia do indivíduo é supervalorizada no processo educativo, a partir da consideração de que o educando deve ser considerado o critério e a medida no processo de aprendizagem, ser dotado de capacidade de julgar por si a realidade humano sem se deixar corromper pelo meio a que for inserido; sem esquecer-se do papel e função do preceptor, de modo que este não atua pura e simplesmente na transmissão direta de preceitos ao educando, mas sim em fazer com que tais preceitos sejam encontrados por ele. Tendo ainda como principal tarefa, colocar questões ao alcance da criança para que ajudem a encontrar as respostas por si mesmas.

Com efeito, a formação do indivíduo está assentada na vivência de uma forma especial de educação – a educação natural -, que privilegie o preparo do indivíduo para a vida e para o exercício da liberdade. Assim, às questões tratadas neste trabalho acerca do livro *Emílio*, observou-se que esta obra, tinha como objetivo recriar o homem natural, e que o método utilizado para isto era em respeito à natureza da criança, seguindo sua evolução natural, isto é, respeitando cada uma de suas fases. Tendo a infância como base para a formação do indivíduo.

REFERÊNCIAS

CERIZARA, Ana Beatriz, Rousseau: **A educação da infância**. - São Paulo: Scipione, 1990.

DOZOL, Marlene de Sousa. **Rousseau: a educação: a máscara e o rosto**. - Petrópolis: Vozes, 2006.

FAÇANHA, Luciano da Silva. **Para ler Rousseau: uma interpretação de uma narrativa confessional por um leitor de posteridade**. - São Paulo: El – Edições inteligentes, UFMA Fapema, 2006.

FORTES, Luis Roberto. **Rousseau: o bom selvagem**. 2º ed.- São Paulo: Humanitas: Discurso Editorial, 2007.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Emílio ou da Educação**. Tradução: Roberto Leal Ferreira. 3º ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **Do contrato social; Ensaio sobre a origem das línguas; Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens; Discurso sobre as ciências e as artes**. Tradução: Lourdes Santos Machado. Coleção Os Pensadores. 2º Ed..- São Paulo: Abril Cultural, 1978.

STRATHERN, Paul. **Rousseau em 90 minutos**. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

STRECK, Danilo R.. **Rousseau & a Educação**, - Belo Horizonte: Autêntica, 2004.